

Documento de posição da Campanha Global pela Educação (GCE) para o FFD4

Apelo aos Estados-Membros para que se empenhem em reformas estruturais da arquitetura financeira mundial e no financiamento dos direitos humanos em Sevilha e mais além

A 4.^a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento (FfD4), organizada pelo Governo espanhol em Sevilha, de 30 de junho a 3 de julho de 2025, é uma oportunidade crucial para os Estados se comprometerem com reformas estruturais na arquitetura financeira mundial, chegando a acordo sobre um documento ambicioso e transformador que lança as bases para a realização dos direitos humanos para todos e acelera a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No momento em que os governos debatem e chegam a um consenso sobre um quadro de financiamento global renovado para o desenvolvimento sustentável, a Campanha Global pela Educação (GCE) insta os líderes mundiais a reconhecerem que o financiamento adequado, sustentável, inclusivo e equitativo da educação pública é essencial para alcançar todos os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) e fazer avançar os direitos humanos, bem como para garantir a igualdade de género e a paz global.

O FfD4 está a decorrer num contexto de crises globais crescentes. As alterações climáticas, a instabilidade geopolítica, o aumento dos conflitos, o enfraquecimento das instituições democráticas, o aumento do populismo autoritário e da militarização e o agravamento das desigualdades estão a ameaçar a coesão social e os direitos humanos. Neste contexto, temos de assegurar que o principal quadro político mundial para o financiamento do desenvolvimento combata as desigualdades económicas e a injustiça.

É inegável que a educação é um poderoso fator de igualdade. No entanto, no documento final que está actualmente a ser negociado e que será adoptado no FFD4, a referência à educação é negligenciável. A educação é mencionada como um dos serviços públicos essenciais sem qualquer outro compromisso relativamente ao seu financiamento. O subfinanciamento crónico continua a comprometer o direito à educação. As injustiças estruturais, como a tributação regressiva, o endividamento e a imposição de austeridade por instituições como o FMI, restringiram o espaço fiscal dos países em desenvolvimento e aprofundaram as desigualdades.

- **Um déficit anual de 97 mil milhões de dólares está a impedir que os países de rendimento baixo e médio-baixo cumpram o SDG 4.** Consequentemente, 41% dos países não cumprem os valores de referência internacionais de gastar 4-6% do PIB ou 15-20% dos orçamentos públicos na educação.
- **As desigualdades são uma barreira fundamental a ultrapassar.** Em 2022, os governos dos países de baixo rendimento gastaram apenas 55 dólares por aluno anualmente, em comparação com 8.543 dólares nos países de elevado rendimento. As despesas das famílias representam mais de um terço das despesas de educação em muitos países de baixo rendimento, aprofundando a exclusão.
- **Injustiça fiscal:** Os sistemas fiscais regressivos, a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos continuam a esgotar as receitas nacionais. As reformas progressivas são frequentemente bloqueadas por regras fiscais globais dominadas pelos países ricos. Os governos são igualmente responsáveis por políticas fiscais prejudiciais, como a redução das taxas de imposto ("corrida para o fundo") para atrair investimentos em detrimento das receitas do país a longo prazo e a falta de mecanismos de transparência fiscal.
- **Perturbação da dívida:** Mais de 54 países enfrentam crises de dívida. A dívida pública nos países de baixo rendimento representa, em média, 72% do PIB. Muitos destes países gastam anualmente mais com o serviço da dívida do que com a educação. A austeridade imposta pelo FMI e as restrições salariais restringem o investimento na educação e o recrutamento de professores qualificados. Estas crises têm raízes históricas profundas nas estruturas económicas da era colonial, nas políticas globais injustas e nos persistentes desequilíbrios de poder no sistema financeiro internacional.
- **Privatização:** Os serviços públicos subfinanciados deixam os governos vulneráveis às pressões para a comercialização, a privatização e as parcerias público-privadas (PPP) assimétricas que dão prioridade ao lucro em detrimento das pessoas. As PPP e os prestadores privados comprometem a equidade, transferem os custos para as famílias e enfraquecem a responsabilidade pública. As despesas das famílias representam mais de um terço das despesas totais com a educação em muitos países de baixo rendimento. Os cuidados e a educação na primeira infância (ECCE), o ensino não formal, o ensino alternativo para crianças que não estudam, não trabalham e não seguem uma formação (NEET) e a educação e formação de adultos (ALE) são especialmente afectados, agravando as desigualdades.
- **A dívida, a austeridade e o subfinanciamento dos sistemas públicos afectam de forma desproporcionada as mulheres, as raparigas, os negros e os indígenas, as pessoas com deficiência e as populações marginalizadas.** Apesar dos compromissos assumidos para proteger os direitos, promover a equidade e a inclusão, prevenir e combater todas as formas de estigma, discriminação e exclusão na educação, os Estados-Membros têm sido lentos na legislação e no financiamento de uma educação inclusiva e transformadora. As normas sociais exigem que as raparigas e as mulheres preencham as lacunas dos serviços através de trabalho e cuidados não remunerados, agravando as desigualdades de género. A orçamentação sensível ao género e o investimento em sistemas de educação inclusivos são fundamentais para quebrar os ciclos de exclusão e alcançar a justiça de género.
- **Enquanto a ajuda pública ao desenvolvimento (ODA) tem vindo a diminuir - em particular para a educação - a despesa militar global continua a aumentar,** atingindo um

máximo histórico de 2,443 biliões de dólares em 2023, um aumento de 6,8% em relação ao ano anterior. Este desequilíbrio gritante é profundamente injusto: mesmo uma fração destes recursos militares poderia transformar os sistemas de educação pública em todo o mundo.

O nosso apelo à acção

O FfD4 é um momento político importante para os governos reiterarem as suas obrigações de mobilizar o máximo de recursos disponíveis para concretizar os direitos humanos e, em particular, o direito à educação, tal como consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança, no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, na Convenção da UNESCO contra a Discriminação na Educação e noutros tratados.

Do mesmo modo, as áreas de acção do FfD4 devem fazer referência aos compromissos assumidos pelos Estados-Membros no SDG 4, os acordos para tomar medidas no âmbito do [Apelo à Acção para o Financiamento](#) da Cimeira Transformar a Educação (2022), que foram reiterados na [Declaração de Fortaleza](#) (2024), instando os governos a investir mais, de forma mais equitativa e mais eficiente na educação.

A GCE apela a uma arquitetura financeira global descolonizada e justa, em que sejam criados mecanismos no âmbito das Nações Unidas em que os países do hemisfério Global do Sul tenham mais direitos de voto e estejam no controlo da decisão das políticas financeiras. Ao alterar o desequilíbrio de poder e ao desafiar as políticas económicas e financeiras extractivas e exploradoras perpetuadas pelos países poderosos, os países em desenvolvimento terão o poder de cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos, como o direito à educação e o direito ao desenvolvimento.

Exigimos a responsabilização dos governos e dos doadores para que defendam o direito à educação, financiem adequadamente o ensino público gratuito de qualidade, universal, inclusivo e transformador do género e instituem estratégias de financiamento equitativas que dêem prioridade ao bem público em detrimento do lucro.

Isto inclui a expansão urgente do financiamento interno progressivo e a mobilização da ajuda internacional em conformidade com as obrigações extraterritoriais dos Estados e com os compromissos internacionais de longa data. Segue-se um conjunto de exigências dirigidas aos governos, aos doadores e a todas as partes interessadas na educação.

Mobilização de recursos internos

- **Aumentar o rácio de impostos ou PIB através de reformas progressivas**, da tributação equitativa das pessoas ricas e das empresas multinacionais e da tributação de bens e actividades prejudiciais, combatendo simultaneamente a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos.
- **Apoiar a adopção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Cooperação Fiscal Internacional**, a fim de criar um sistema fiscal mundial mais transparente, justo, equitativo e responsável, que permita aos países financiar de forma sustentável a educação pública de qualidade e outros serviços.

- Apoiar a proposta do G20 de um imposto sobre os bilionários coordenado a nível mundial**, com receitas destinadas a investimentos públicos, incluindo a educação.

Investimento público para reforçar os sistemas de ensino público

- Afetar pelo menos 4-6% do PIB e ou 15-20% dos orçamentos nacionais à educação**, garantindo um financiamento adequado por aluno, assegurando salários e condições de trabalho justos para os profissionais da educação e desenvolvendo e assegurando a aplicação de planos de financiamento a longo prazo para garantir um investimento público sustentável na educação pública e a delimitação dos orçamentos da educação, especialmente durante as crises.
- Adoptar uma regulamentação pública sólida para os intervenientes privados envolvidos em serviços essenciais como a educação**, assegurando que Estados fortes, transparentes e responsáveis liderem o financiamento e a prestação de serviços, a fim de superar as desigualdades e garantir o acesso universal a uma educação de qualidade num quadro de direitos humanos.
- Garantir que todos os modelos ou instrumentos de financiamento inovadores estejam em conformidade com os direitos humanos**, a universalidade e o reforço dos sistemas públicos de educação e sejam explicitamente orientados para a superação das desigualdades.
- Garantir que as receitas provenientes dos recursos naturais sejam investidas de forma sustentável e transparente na educação e em todos os serviços públicos.**

Equidade e Inclusão

- Dar prioridade aos alunos historicamente marginalizados e mal servidos nas dotações orçamentais**, incluindo raparigas, pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência, populações afectadas por crises e deslocadas e comunidades rurais. Assegurar que os fundos públicos sejam conscientemente direccionados para a superação das desigualdades, o cumprimento do direito à educação e a construção de um futuro sustentável, justo e democrático.
- Garantir que o financiamento da educação seja transformador** em termos de género, apoiando currículos inclusivos, formação de professores, ambientes de aprendizagem seguros e investimentos específicos que promovam a igualdade de género em todos os níveis de ensino.
-

Justiça em matéria de dívidas

- Implementar a anulação da dívida para alargar a margem de manobra orçamental.**
- Apoiar a exigência da sociedade civil de estabelecer uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Dívida Soberana**, com base em acordos globais justos sobre empréstimos e contração de empréstimos, transferindo o poder do FMI para um órgão representativo das Nações Unidas.
- Eliminar as condições de empréstimo prejudiciais, como os cortes no orçamento da educação ou os limites salariais do sector público.** Eliminar os tectos salariais e de emprego

que restringem o recrutamento e a retenção de pessoal qualificado no sector da educação e de professores.

Eficácia da ajuda

- **Cumprir o objectivo de 0,7% do RNB para a APD, com pelo menos 20% afectados à educação, e alinhar a ajuda com os planos nacionais de educação**, aplicando os princípios da eficácia da ajuda e evitando agendas orientadas pelos doadores.
- **Proteger e aumentar a ajuda à educação, inverter os cortes recentes e reafirmar a educação como um sector prioritário**. A ajuda internacional deve ser salvaguardada como uma questão de justiça global para garantir que todas as crianças, jovens e adultos possam exercer o seu direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. A narrativa da ajuda deve ser deslocada de uma perspectiva de caridade para uma perspectiva de reparação.
- **Assegurar o aumento e a previsibilidade do financiamento da cooperação multilateral (como a Parceria Global para a Educação e a Educação Não Pode Esperar) que apoia os sistemas de ensino público** e garante o direito à educação durante as crises climáticas, os conflitos e outras situações de emergência.

A GCE insta os Estados Membros, os delegados dos governos ao FFD4, os parlamentares, as organizações multilaterais e outras autoridades políticas a transformarem os sistemas de financiamento global no sentido de abordar as desigualdades dentro e entre países e garantir que os Estados cumpram as suas obrigações em matéria de direitos humanos. Apelamos aos decisores para que integrem os apelos urgentes das coligações de educação, dos movimentos de professores e dos movimentos de jovens e estudantes no documento final do FFD4 e nas deliberações do sítio. A educação é fundamental para superar as múltiplas crises e a base para promover a inclusão, a justiça, a igualdade de género, a coesão social e a paz.